

OS IMPACTOS DO PROFLETRAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS: OBSERVAÇÕES DO CHÃO DA ESCOLA

THE IMPACTS OF PROFLETRAS ON THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE AND LITERATURES: REMARKS FROM THE SCHOOL GROUND

Victoria Wilson da Costa Coelho¹, Carolina Scali Abritta², Ana Crélia Penha Dias³

¹ *Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil
Orcid 0000-0002-5237-8860
vicwilsoncc@gmail.com*

² *Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil
Orcid 0000-0001-7638-7764
carolabritta30@gmail.com*

³ *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Orcid 0000-0002-3548-8486
anacrelia@gmail.com*

O Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – é resultado de um conjunto de iniciativas de políticas públicas para enfrentamento das adversidades na educação básica da rede pública brasileira, entre as quais se situa também o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica. Nascido para atender professores de Língua Portuguesa do ensino fundamental e estendido hoje aos docentes da área que atuam no ensino médio, além de egressos do curso de Pedagogia, o Programa atua em quarenta e duas universidades públicas, nas cinco regiões e totaliza quarenta e nove unidades, uma vez que quatro instituições abrigam mais de uma unidade.

Sabemos que a formação continuada é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e uma política pública do porte do PROFLETRAS, apesar dos muitos desafios enfrentados e com alguns deles ainda no horizonte, é possível dizer que o programa tem atuado de maneira significativa na formação de professores da escola pública brasileira, a na constante reconfiguração dos docentes do ensino superior para atuar nessa formação.

Dez anos se passaram e o que era desejo tornou-se realidade graças à iniciativa e aos esforços de professores do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: ver implantado, nesta instituição, situada em São Gonçalo, o programa de Mestrado Profissional em Letras,

PROFLETRAS. Se os impactos sociais já se fazem notar, em razão de procura por esse programa e seu alcance, em termos das demandas locais e regionais, destacam-se os impactos acadêmicos no que tange às centenas de dissertações já concluídas ao longo desses dez anos, refletindo o amadurecimento e o envolvimento do corpo docente com esse programa. A realização de um dossiê temático para tratar do ensino da língua e da literatura vem solidificar as repercussões e os impactos da ciência e da pesquisa junto ao e no chão da sala de aula, fruto dos trabalhos realizados no âmbito do PROFLETRAS.

Em se tratando de um programa de mestrado distribuído no território nacional em 48 Instituições de Ensino Superior, o PROFLETRAS congrega e interliga universidades, professores e alunos dos mais diversos lugares geográficos, por vezes, até já estabelecidos em terras estrangeiras. Deste modo, o que se expõe aqui, neste volume, é uma pequena amostra desta grande rede de produção de conhecimentos e saberes acerca da Educação Básica brasileira.

A riqueza desta rede está não só na conexão gerada entre essa diversidade de pessoas, mas também na pluralidade de saberes por elas construídos.

A beleza desta rede reside também, é preciso dizer, naquilo que se constitui como meta-fim dos trabalhos desenvolvidos neste mestrado: diagnosticar problemas da sala de aula e apontar soluções que possam servir não só para o caso em si de uma dada pesquisa, mas também para outros, similares, vividos por colegas em suas respectivas salas de aula. Neste sentido, os trabalhos que se apresentam procuram dar visibilidade aos feitos no e do PROFLETRAS e, deste modo, quem sabe, servir também de inspiração para práticas pedagógicas futuras. A esperança freiriana, aquela que vem do verbo esperar; aquela que vem não da espera passiva, mas do trabalho que planta incansavelmente no agora as sementes do amanhã; é este esperar ansioso e cioso de dias melhores para a Educação brasileira, desde seu primeiro ciclo até a formação de profissionais já ativos, que nos move e é, a partir dela, que queremos inspiração.

Neste sentido, o artigo “O PROFLETRAS e a construção colaborativa de conhecimentos teóricos e práticos no âmbito do ensino de Língua Portuguesa”, de Maria Cristina Vale, Thaís Fernandes Sampaio e Renata Cristina das Dores Alves, busca mostrar uma radiografia desta rede de saberes, que tem como uma

de suas principais contribuições, através do estreitamento da relação entre a academia e os professores da EB, dar formação continuada servindo como “um dos principais fomentos para a construção colaborativa de conhecimentos teóricos e práticos” (p.10). Uma apresentação detalhada dos regulamentos que regem e inspiram as práticas do e no curso, bem como a análise de experiências dadas no âmbito no PROFLETRAS/UFJF dão concretude e reforçam as considerações das autoras, conferindo-lhes amparo e legitimidade.

Em “A abordagem da negação no Ensino Básico: prática de análise linguística/semiótica em textos multimodais”, Natália Sathler Sigiliano e Wanessa Aparecida Ferreira Freitas, mostram, através de uma pesquisa interventiva realizada com alunos do 7º ano, como é possível mobilizar, através da análise linguística, o aprendizado acerca do fenômeno argumentativo da persuasão no que tange especificamente ao fenômeno da negação. Em termos práticos, autoras demonstram a possibilidade de se realizar “o estreitamento quanto às formas de tratamento da negação entre estudos linguísticos e semióticos em sala de aula, baseado na não-sustentabilidade do trabalho dos fenômenos linguísticos de forma isolada em um contexto escolar cercado de textos multimodais” (p.34).

O artigo “O rótico em posição de final de sílaba na escrita de estudantes do Ensino Fundamental: como intervir?” de André Pedro da Silva e Vilma Virgínia de Andrade Moura traz um retrato das ocorrências de apagamento do R em posição final de sílaba, tanto em posição medial, quanto em posição final”, em redações de alunos do 6º ano. Através do uso de metodologia qualiquantitativa e dos procedimentos da pesquisa ação, os autores promoveram um diagnóstico do fenômeno e propuseram uma intervenção didática que abarcou a questão das transposições fonológicas encontradas na escrita dos alunos.

No artigo intitulado “Gameargumentação: a gamificação como estratégia metodológica no desenvolvimento de textos argumentativos”, as autoras Maria Dayane da Costa Coelho e Shirley Marly Alves descrevem os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola municipal pública, situada no município de Cantanhede – MA com alunos do 9º ano. Segundo as autoras, a gamificação destaca-se como uma metodologia capaz de promover o protagonismo, o engajamento e a reflexão para criação de estratégias e a interação com pessoas

e elementos presentes nos jogos propostos em sala de aula. No caso apresentado, a gamificação foi aplicada para o trabalho com a escrita argumentativa, com atividades que tiveram como plano de fundo a plataforma *Instagram*, temática que compôs o *storytelling*. Assim, os alunos, conforme a descrição detalhada do estudo, teriam como meta tornarem-se *digital influencers*, e, para atingirem suas metas, deveriam cumprir algumas – como ações e desafios – que constituem o jogo e, assim, construiriam também argumentos plausíveis para cada situação solicitada. Os resultados do trabalho demonstraram que “alunos submetidos à gamificação melhoraram sua argumentação escrita em relação àqueles ensinados por métodos tradicionais”, bem como foram constatados avanços na elaboração e explicitação do ponto de vista, na construção de argumentos, de premissas e conclusões, contribuindo para aumentar a força persuasiva do texto.

Em “Letramento racial e o ensino de línguas estrangeiras: estado do conhecimento”, as autoras Gabriela Oliveira de Castro, Veronice Camargo da Silva e Gleide Penha de Oliveira tratam, segundo o título sugere, do conceito de Letramento Racial a partir da Teoria Racial Crítica (*CriticalRaceTheory*), concebido como um recurso para ser tratado criticamente, no contexto escolar, “da reavaliação das atitudes e crenças arraigadas na sociedade, como ponto de partida para uma educação antirracista, tanto em relação a pessoas negras quanto brancas.” O foco de análise centrou-se em dissertações e teses, nos quais o letramento racial é abordado no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, cujo resultado demonstrou a importância de se tratar do tema na formação inicial e continuada de professoras, “a fim de capacitá-las para lidar de forma eficaz com a diversidade presente nas salas de aula;” de “desconstruir discursos hegemônicos e discriminatórios, promovendo espaços para o desenvolvimento da reflexão crítica com ampla participação dos estudantes.” O estudo também mostrou a relevância de se desenvolverem materiais e atividades que possam representar diversas culturas e grupos étnicos e identidades sociais. Reafirmam também as autoras como os multiletramentos podem “valorizar a diversidade de práticas de leitura e escrita em diferentes contextos culturais e sociais, oferecendo ferramentas para abordar questões étnico-raciais de forma mais ampla, reflexiva e crítica.”

Em “O ensino-aprendizagem do léxico no ensino fundamental: desafios e propostas”, as autoras Mariângela Araújo, Ligia Fabiana de Souza e Natália Avilla Andrade destacam a relevância do estudo do léxico não só para preencher uma lacuna desse estudo em aulas de língua portuguesa como também porque o léxico integra-se ao estudo dos textos, além de compor uma gama de estudos associados aos conhecimentos linguísticos relacionados à construção de sentidos e também a diversas situações comunicativas. Também esclarecem que o ensino-aprendizagem de léxico pode favorecer não apenas o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, mas também de todos os componentes. O trabalho apresentado é resultado do desenvolvimento da proposta didática realizada junto a alunos do 6o. ano do Ensino Fundamental, com foco na competência leitora no qual as atividades foram elaboradas e ensinadas por meio de textos e reflexões sobre seus significados e sua expressividade, estimulando “a reflexão a respeito da constituição do léxico e de seus usos contextualizados nos discursos produzidos em português.”

No texto “Literatura afro-brasileira no PROFLETRAS: concepção e prática pedagógica”, as autoras se debruçam sobre um conjunto de dez dissertações, produzidas entre 2015 e 2019, que tratam da inserção da literatura afro-brasileira nas experiências de leitura no ensino fundamental. Apontam para a relevância do PROFLETRAS na formação docente para uma atuação no ensino de literatura na escola sob perspectiva antirracista, em consonância com a Lei 10.639/2003. Concluem que, a despeito do pouco espaço destinado à área dos estudos literários no programa, o esforço de tensionar o cânone instituído para trazer vozes por tanto tempo invisibilizadas representa um compromisso do PROFLETRAS com uma formação literária consolidada em bases necessárias à formação dos leitores.

O texto “Diário de leitura como potência de implicação subjetiva no encontro com a obra literária”, com ênfase deliberada nas ideias francesas de subjetividade leitora, traz as contribuições da prática de escrita sobre o literário no diário de leitura, a partir do ato de ler o texto. As autoras defendem a ideia de uso do diário para construção da “apropriação singular do texto”, conceito da francesa Annie Rouxel, e defendem o instrumento como aparato didático de grande valia para aprofundamento da leitura literária.

Já em “A tecnologia em sala de aula: um aplicativo como proposta didática para o trabalho com o gênero conto”, o texto literário compareceu associado às novas tecnologias, tendo como produto final um aplicativo que, segundo as autoras, “foi utilizado como suporte para o trabalho desenvolvido com a literatura e articulou a linguagem, o estudo do gênero conto, sua forma composicional e seu caráter fruidor.” Assim, a literatura é acionada a partir de um suporte familiarizado com o público-alvo da proposta pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 10 jan. 2003

Sobre os(as) autores(as)

Victoria Wilson da Costa Coelho

Graduação em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981). Mestre em Letras (área de concentração: Literatura Brasileira), UFF (1986). Doutora em Letras (área de concentração: Linguística), PUC-Rio (2000). Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação na UFF (2008-2009) sob a supervisão da Profa. Dra. Cecília Maria Aldigueri Goulart. Professora titular na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2024) onde atua como docente e pesquisadora na graduação em Letras e no Programa de Pós graduação em Letras (PPLIN e PROFLETRAS). Foi vice-chefe do Departamento de Letras. Atuou na Coordenação Pedagógica do curso Português-Literaturas do Departamento de Letras da FFP/UERJ. Coordenadora adjunta do Mestrado Profissional PROFLETRAS (2014-2016; 2023-). Foi vice-presidente da Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL – 2003-2005; 2010-2012). Coordenadora do grupo de pesquisa Linguagem & Sociedade (CNPQ&UERJ). Trabalha na área da Linguística Aplicada ao ensino e aprendizagem de língua portuguesa com ênfase nos estudos como: o ensino de língua portuguesa; práticas dos letramentos acadêmicos e escolares, análise de livros didáticos. Também atua no campo discurso e interação.

Carolina Scali Abritta

Graduada em Direito (2003) e em Letras (2004); é mestre (2007) em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora e doutora (20011) em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011). Ingressou como professora adjunta do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2012, onde atua na graduação e na pós-graduação. Desde maio de 2021, é a coordenadora do PROFLETRAS da UERJ. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, pensando principalmente aspectos da impolidez na oralidade em interações institucionais. É membro do Linguistic Politeness Research Group (LPRG)

Ana Crélia Penha Dias

Ana Crelia Penha Dias é bolsista Produtividade CNPq - nível 2. Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994), especialização em literatura infantil e juvenil (1999), mestrado (2003) e doutorado (2008) em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É líder do grupo de pesquisa Literatura e Educação literária e integra o GT da Anpoll Literatura e Ensino. É membro votante da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil desde 2018. Atualmente está em estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob supervisão da Professora Regina Zilberman.